

FASUL EDUCACIONAL **(Fasul Educacional EaD)**

PÓS-GRADUAÇÃO

CONTROLE INTERNO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CONTROLE INTERNO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

DISCIPLINA: FUNDAMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO
RESUMO
<p>O ambiente financeiro ainda parece ser algo distante para muitos de nós brasileiros. Mesmo as empresas têm dificuldades em tomar decisões financeiras em razão das muitas incertezas tanto no cenário econômico como no político.</p> <p>As decisões sobre novos investimentos empresariais dependerão da correta leitura do cenário econômico envolvendo, por exemplo, o nível de emprego e a renda das famílias. Por outro lado, as decisões das empresas sobre financiamentos estão ligadas às taxas de juros internas e externas, além da flutuação das moedas (câmbio).</p> <p>Então, quanto maior for o nível de incertezas, maiores serão os riscos de serem frustradas as expectativas dos retornos esperados. Os temas desta primeira aula têm a ver justamente com expectativas de retorno e riscos envolvidos nas decisões de investimentos e financiamentos.</p>
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 O PAPEL E O AMBIENTE DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DINÂMICA DAS DECISÕES FINANCEIRAS DA EMPRESA RISCO E RETORNO TEORIA DO PORTFÓLIO CUSTO DE OPORTUNIDADE E CRIAÇÃO DE VALOR NA PRÁTICA FINALIZANDO
AULA 2 TAXA MÍNIMA DE ATRATIVIDADE (TMA) E VALOR ANUAL UNIFORME EQUIVALENTE (VAUE) VALOR PRESENTE LÍQUIDO (VPL) TAXA INTERNA DE RETORNO (TIR) PAYBACK E ÍNDICE DE LUCRATIVIDADE (IL) ANÁLISE DE INVESTIMENTOS SOB CONDIÇÃO DE RISCO OU INCERTEZA NA PRÁTICA FINALIZANDO
AULA 3 GESTÃO DO CAPITAL DE GIRO E DE CAIXA GESTÃO DE VALORES A RECEBER ADMINISTRAÇÃO DE CRÉDITO GESTÃO DE ESTOQUES GESTÃO DE PASSIVOS CIRCULANTES

NA PRÁTICA
FINALIZANDO

AULA 4

ORÇAMENTO OPERACIONAL
ORÇAMENTO DE ATIVIDADES FINANCEIRAS
ORÇAMENTO DE CAPITAL
PROJEÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – PARTE I
PROJEÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – PARTE II
NA PRÁTICA
FINALIZANDO

AULA 5

MONITORAMENTO DO CONTROLE ORÇAMENTÁRIO
FLUXOS DE CAIXA E PLANEJAMENTO FINANCEIRO
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS
NA PRÁTICA
FINALIZANDO

AULA 6

MONITORAMENTO DO CONTROLE ORÇAMENTÁRIO
FLUXOS DE CAIXA E PLANEJAMENTO FINANCEIRO
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS
NA PRÁTICA
FINALIZANDO

BIBLIOGRAFIAS

- ASSAF, A. N. Finanças corporativas e valor. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- CORNETT, M. M.; ADAIR JR, T. A.; NOFSINGER, J. Finanças. Trad. R. B. Taylor. Porto Alegre: McGraw Hill; Bookman, 2013.
- ROSS, S. A.; WESTERFIELD, R. W.; JAFFE, J.; LAMB, R. Administração financeira. 10. ed. Porto Alegre: McGraw Hill; Bookman, 2015.

DISCIPLINA:

FUNDAMENTOS DA GESTÃO PÚBLICA

RESUMO

Este material busca discutir de que forma o Estado, dentro de suas funções e nas diferentes concepções acerca de seu papel no mundo contemporâneo, pode promover uma gestão pública de excelência, visando contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão. Também vamos estudar como tais políticas podem ser adotadas enquanto políticas de governança.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

FORMAÇÃO DO ESTADO E DO GOVERNO
A FORMAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO
RELAÇÃO ENTRE ESTADO, SOCIEDADE E GOVERNO
ESTRUTURAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

AULA 2

INTRODUÇÃO
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA COMPARADA
GESTÃO PARTICIPATIVA NO BRASIL
PARTICIPAÇÃO, DEMOCRACIA E CIDADANIA
FUNÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

AULA 3

INTRODUÇÃO
GESTÃO PÚBLICA GERENCIAL
PARTICIPAÇÃO POPULAR NA GESTÃO PÚBLICA GERENCIAL
FORMAS DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA GESTÃO PÚBLICA
INTRODUÇÃO ÀS PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES

AULA 4

INTRODUÇÃO
PRINCÍPIOS DO ORÇAMENTO PÚBLICO
LEI ORÇAMENTÁRIA E SEUS CONCEITOS
CONTEXTOS, DEFINIÇÕES E OBJETIVOS DO ORÇAMENTO PÚBLICO
FUNDAMENTOS LEGAIS E FUNCIONAMENTO DO ORÇAMENTO PÚBLICO
PARTICIPATIVO

AULA 5

INTRODUÇÃO
O DIREITO À CIDADE E A GESTÃO DEMOCRÁTICA DAS CIDADES
GESTÃO PÚBLICA PARTICIPATIVA NO PLANO DIRETOR MUNICIPAL
CONSELHOS E CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

AULA 6

INTRODUÇÃO
DIRETRIZES DA LEGISLAÇÃO
CANAIS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL PARA ANÁLISE DO SERVIÇO PÚBLICO
PLEBISCITO, REFERENDO E INICIATIVA POPULAR
CONCLUSÕES

BIBLIOGRAFIAS

- ALEXANDRINO, M.; PAULO, V. Direito administrativo descomplicado. Rio de Janeiro: Método, 2012
- ALEXY, R. Teoria de los derechos fundamentales. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2002.
- BANDEIRA DE MELLO, C. A. Curso de direito administrativo. São Paulo: Malheiros, 2008.

DISCIPLINA:
ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO
RESUMO
<p>A grande responsabilidade do governo é proporcionar bem-estar à coletividade, e para que isso possa ocorrer é necessário que seja feito um planejamento dos programas a serem desenvolvidos. A Lei de Responsabilidade Fiscal (101/2000), em seu artigo 1º, informa que a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, salientando a importância dos instrumentos orçamentários na área pública (Brasil, 2000). Esses instrumentos são o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), que estão previstos na Constituição Federal (CF) de 1988, no seu artigo nº 165: “Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão: I - o plano plurianual; II - as diretrizes orçamentárias; III - os orçamentos anuais” (Brasil, 1988). Algo importante nesse trecho da CF é que os instrumentos orçamentários são iniciados pelo poder executivo, e não legislativo, apesar de serem leis ordinárias, e sempre aprendemos que leis são elaboradas pelo Poder Legislativo.</p>
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<p>AULA 1 INTRODUÇÃO PRESTAÇÃO DE CONTAS CONTROLE INTERNO E EXTERNO GOVERNANÇA CORPORATIVA NA GESTÃO PÚBLICA ESTRUTURA DA NOVA GESTÃO PÚBLICA (NGP)</p> <p>AULA 2 INTRODUÇÃO INFORMAÇÃO FINANCEIRA GOVERNAMENTAL E PARA LEVANTAMENTO DE BALANÇOS BALANÇO ORÇAMENTÁRIO NO SETOR PÚBLICO (BO) BALANÇO FINANCEIRO NO SETOR PÚBLICO (BF) BALANÇO PATRIMONIAL NO SETOR PÚBLICO (BP)</p> <p>AULA 3 INTRODUÇÃO DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC) DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DMPL) NOTAS EXPLICATIVAS (NE) CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS NO SETOR PÚBLICO</p> <p>AULA 4 INTRODUÇÃO ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA PÚBLICA ANÁLISE DE CAIXA NO SETOR PÚBLICO ANÁLISE DA DÍVIDA PÚBLICA ANÁLISE FINANCEIRA E DO PATRIMÔNIO NO SETOR PÚBLICO</p>

AULA 5

INTRODUÇÃO

RECEITA E SUA FUNÇÃO NO EQUILÍBRIO FISCAL

COMPETÊNCIA E PANORAMA DAS RECEITAS NO BRASIL

COMPONENTES DA RECEITA NO SETOR PÚBLICO

INDICADORES DE ANÁLISE DA RECEITA NO SETOR PÚBLICO

AULA 6

INTRODUÇÃO

GASTOS PÚBLICOS E EFICIÊNCIA DOS GASTOS

ANÁLISE DA EFICIÊNCIA NO SETOR PÚBLICO

NECESSIDADES DA COMUNIDADE

RESULTADO ECONÔMICO NO SETOR PÚBLICO

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LCP&numero=101&ano=2000&ato=fe3UzYU1EMNpWTcee>. Acesso em: 20 ago. 2021.
- BRASIL. Lei Complementar n. 131, de 27 de maio de 2009. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm. Acesso em: 20 ago. 2021.
- BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de contabilidade aplicada ao setor público. 7. ed. Brasília/ DF, 2017. Disponível em: http://portaria3992.saude.gov.br/images/legislacao/MCASP_7_edicao_Versao_Republicacao_2017_06_02.pdf. Acesso em: 20 ago. 2021.

DISCIPLINA:

AUDITORIA E CONTROLES INTERNOS

RESUMO

Para iniciarmos nossa disciplina, devemos retornar ao passado e entender um pouco sobre a história da auditoria e a sua evolução ao longo do tempo. Conforme Maffei (2015), a palavra auditoria é originada do latim audire, que significa “ouvir” – o que se relaciona diretamente com a essência dessa atividade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

CONTROLES INTERNOS

POSICIONAMENTO DA AUDITORIA INTERNA

ABRANGÊNCIA DE ATUAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA

NORMAS DE AUDITORIA INTERNA

AULA 2

INTRODUÇÃO
CÓDIGO DE ÉTICA PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO
REQUISITOS E ATRIBUIÇÕES DO AUDITOR INTERNO
QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DO AUDITOR INTERNO
CAPACITAÇÃO CONTINUADA DO AUDITOR INTERNO

AULA 3

INTRODUÇÃO
PROCEDIMENTOS E TÉCNICAS DE AUDITORIA INTERNA
RISCOS DE AUDITORIA INTERNA
AMOSTRAGEM
EVIDÊNCIAS E TESTES EM AUDITORIA INTERNA

AULA 4

INTRODUÇÃO
EXECUÇÃO DO TRABALHO DE AUDITORIA INTERNA
COMUNICAÇÃO DOS RESULTADOS DA AUDITORIA
ACOMPANHAMENTO DAS PROVIDÊNCIAS TOMADAS
DOCUMENTAÇÃO DA AUDITORIA: PAPÉIS DE TRABALHO

AULA 5

INTRODUÇÃO
ESTRUTURAÇÃO E ORGANIZAÇÃO E DA ÁREA DE AUDITORIA
AUTOMAÇÃO DOS PROCESSOS DE AUDITORIA INTERNA
GESTÃO DA AUDITORIA INTERNA
PLANEJAMENTO GLOBAL DA AUDITORIA INTERNA

AULA 6

INTRODUÇÃO
GERENCIAMENTO DE RISCOS CORPORATIVOS (GRC)
O PAPEL DA AUDITORIA BASEADA EM RISCOS – ABR
AUDITORIA INTERNA E GOVERNANÇA CORPORATIVA
AUDITORIA INTERNA E O COMITÊ DE AUDITORIA

BIBLIOGRAFIAS

- CORDEIRO, C. M. R. Auditoria interna e operacional: fundamentos, conceitos e aplicações práticas. São Paulo: Atlas, 2013.
- MELO, M. M. de; SANTOS, I. R. dos. Auditoria contábil. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2017.
- ATTIE, W. Auditoria: conceitos e aplicações. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

DISCIPLINA:

INTELIGÊNCIA E SEGURANÇA PÚBLICA

RESUMO

A tecnologia permeia nossas vidas. Diariamente, utilizamos diversas tecnologias, seja no trabalho, no lazer, na comunicação com as pessoas, nos estudos e, evidentemente, em

nossa segurança, seja pessoal ou pública. O domínio sobre as aplicações e a compreensão de suas limitações trará ao profissional de segurança pública a capacidade de análise necessária para posicionar-se diante das demandas diárias da sociedade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
MONITORAMENTO E VIDEOVIGILÂNCIA
TECNOLOGIAS DE COMPRESSÃO
ANÁLISE DE CONTEÚDO DE VÍDEO
ARMAZENAMENTO DE IMAGENS

AULA 2

INTRODUÇÃO
SOFTWARES DE APOIO INVESTIGATIVO
BIG DATA E ANÁLISE DE DADOS
OPERAÇÕES COM DRONES
CONTRAMEDIDAS E RADARES DE PROTEÇÃO

AULA 3

INTRODUÇÃO
CONTRAMEDIDAS TECNOLÓGICAS
AS REDES SOCIAIS E APLICATIVOS
A INTERNET DAS COISAS (IOT)
APLICANDO SOLUÇÕES

AULA 4

INTRODUÇÃO
FUSÃO DE DADOS E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL
APLICATIVOS MÓVEIS
PLATAFORMAS DE INTEGRAÇÃO
CENTROS DE OPERAÇÕES E INTELIGÊNCIA

AULA 5

INTRODUÇÃO
FERRAMENTAS DE MINERAÇÃO DE DADOS
DEEP LEARNING
APLICAÇÕES NA SEGURANÇA PÚBLICA
ESTUDO DE CASOS

AULA 6

INTRODUÇÃO
BIOMETRIA FACIAL E A MULTIDÃO
RASTREAMENTO DE ATIVOS E PESSOAS
PLATAFORMAS DE GESTÃO
CONCLUSÃO

BIBLIOGRAFIAS

- ALMEIDA, C. A. B. Tecnologias aplicadas à segurança: um guia prático.

Curitiba: InterSaberes, 2018.

DISCIPLINA:
PRESTAÇÃO DE CONTAS (ACCOUNTABILITY)

RESUMO

Atualmente, vemos que a sociedade está cada vez mais ávida por conhecer como funciona a estrutura pública que dá sustentação ao Estado; em outras palavras, a população passa a compreender que seu papel vai além do processo eleitoral, devendo estar presente no dia a dia da gestão pública. Quando se trata de estrutura pública, ela é composta por formas pelas quais a administração pública se organiza para cumprir seu dever, que é prover o melhor atendimento à população. Nessa organização, temos a divisão das responsabilidades e como as atividades serão distribuídas entre todas as unidades da gestão pública. Por exemplo, temos como organização dos serviços do Estado a administração pública direta, aquela prestada diretamente pelo Poder Público, em todas as suas instâncias, enquanto a indireta é prestada por empresas de personalidade jurídica instituídas pelo Poder Público para prestar esses serviços, como autarquias, fundações, empresas públicas, empresas de sociedade mista.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

O QUE É ACCOUNTABILITY

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

PRINCÍPIOS DA GESTÃO PÚBLICA

ESTUDO DE CASO: O NEPOTISMO E A IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

AULA 2

INTRODUÇÃO

ACCOUNTABILITY NA GESTÃO PÚBLICA

ACCOUNTABILITY E OS DEVERES DOS SERVIDORES PÚBLICOS

ACCOUNTABILITY NA GESTÃO PRIVADA

ESTUDO DE CASO: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

AULA 3

INTRODUÇÃO

ACCOUNTABILITY VERTICAL

ACCOUNTABILITY SOCIAL (SOCIETAL)

RESPONSABILIDADE E RESPONSABILIDADE NA GESTÃO PÚBLICA

ESTUDO DE CASO: A TRANSPARÊNCIA NO COMBATE À COVID-19 NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

AULA 4

INTRODUÇÃO

MECANISMOS E TÉCNICAS ORGANIZACIONAIS PARA ACCOUNTABILITY

PRESTAÇÃO DE CONTAS E TRANSPARÊNCIA

RESPONSABILIDADE E RESPONSABILIDADE NA GESTÃO PÚBLICA

ESTUDO DE CASO: A TRANSPARÊNCIA NO COMBATE À COVID-19 NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

AULA 5

INTRODUÇÃO
DIFERENÇA ENTRE CONTABILIDADE SOCIETÁRIA E CONTABILIDADE PÚBLICA
OBJETIVOS DA CONTABILIDADE PÚBLICA
MANUAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO
PRÁTICAS: LANÇAMENTOS EM BALANÇO PATRIMONIAL DE UMA PREFEITURA

AULA 6

INTRODUÇÃO
OBJECTIVE AND KEY-RESULTS (OKR)
KPIs DE ACCOUNTABILITY
CULTURA E RESPONSABILIDADE DE ACCOUNTABILITY
PRÁTICAS: OKRS VOLTADOS PARA A GESTÃO FINANCEIRA/ORÇAMENTÁRIA DE UMA PREFEITURA

BIBLIOGRAFIAS

- ALPERSTEDT, H. D. Os 5 princípios da administração pública! Politize!, 2017. Disponível em: <https://www.politize.com.br/principios-administracao-publica/> Acesso em: 16 set. 2021.
- ALVES, E. B. Accountability e transparência pública: uma proposta para a gestão pública de excelência. Curitiba: InterSaberes, 2021.
- SIRAQUE, V. Controle social da função administrativa. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

DISCIPLINA:

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E GESTÃO POR COMPETÊNCIAS

RESUMO

Sempre estamos avaliando o desempenho de tudo que existe e acontece ao nosso redor. Reflita um pouco e perceba que avaliamos o desempenho da economia, da política, da bolsa de valores, dos hábitos de consumo das pessoas próximas, do atendimento na padaria da esquina, do novo celular da moda, da potência do carro do vizinho, dos professores e alunos de uma determinada instituição de ensino e assim por diante. Logo, todos os dias avaliamos desempenhos de tudo, mesmo que não nos demos conta disso (Chiavenato, 2014). Contudo, devemos também lançar mão de análises mais técnicas sobre o assunto e, conseqüentemente, entender alguns tipos, métodos e ferramentas de avaliações de desempenho comumente utilizadas pelas organizações. Essas avaliações podem versar sobre diversos assuntos, como o desempenho financeiro, o organizacional ou o humano.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
OBJETIVOS E PONTOS FRÁGEIS DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
TIPOS DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
MÉTODOS TRADICIONAIS DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

AULA 2

INTRODUÇÃO
AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO POR COMPETÊNCIAS
AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO POR COMPETÊNCIA INTEGRADA

MÉTODOS COMPLEMENTARES: BSC E MATRIZ NINE BOX
FATORES CRÍTICOS DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

AULA 3

INTRODUÇÃO

IMPORTÂNCIA E TIPOS DE FEEDBACK

RECOMENDAÇÕES PARA UM BOM FEEDBACK (PARTE 1)

RECOMENDAÇÕES PARA UM BOM FEEDBACK (PARTE 2)

RECOMENDAÇÕES PARA UM BOM FEEDBACK (PARTE 3)

AULA 4

INTRODUÇÃO

PREMISSAS BÁSICAS DA GESTÃO POR COMPETÊNCIAS

TIPOLOGIA DE COMPETÊNCIAS (PARTE 1)

TIPOLOGIA DE COMPETÊNCIAS (PARTE 2)

DESAFIOS E VANTAGENS DA GESTÃO POR COMPETÊNCIAS

AULA 5

INTRODUÇÃO

MAPEAMENTO DE COMPETÊNCIAS

CAPTAÇÃO OU DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS

ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

SISTEMA DE RETRIBUIÇÃO E INCENTIVOS

AULA 6

INTRODUÇÃO

A ESTREITA RELAÇÃO ENTRE COMPETÊNCIAS ORGANIZACIONAIS E
PROFISSIONAIS

COMPETÊNCIAS EM TENDÊNCIAS

ESTRATÉGIAS DE RETENÇÃO DE TALENTOS

LÍDERES E A GESTÃO POR COMPETÊNCIAS

BIBLIOGRAFIAS

- ALVARÃES, A. Avaliação de desempenho. [S.l.]: [S.n.], 2015.
- AVALIAR. In: DICIONÁRIO Priberam da Língua Portuguesa. [S.l.]: Priberam, [2008-2020]. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/avaliar>. Acesso em: 18 nov. 2020.
- Conheça 10 tipos de avaliação de desempenho. Sólides, 5 fev. 2020.
- Disponível em: <https://blog.solides.com.br/tipos-de-avaliacao-dedesempenho/>. Acesso em: 18 nov. 2020.
- DESEMPENHO. In: DICIONÁRIO Priberam da Língua Portuguesa. [S.l.]: Priberam, [2008-2020]. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/desempenho>. Acesso em: 18 nov. 2020.

DISCIPLINA:

ÉTICA, MORAL E TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA

RESUMO

Este material objetiva refletir sobre alguns dos conceitos necessários para a vivência em sociedade – a vida na pólis –, destacamos os de ética, oral e moralidade para que, ao

compreender suas funções e distinções conceituais, possamos pensar de modo mais aprofundado sobre sua importância na vida cotidiana dos sujeitos e das sociedades.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

CONCEITOS DE ÉTICA

CONCEITOS DE MORAL

CONCEITOS DE MORALIDADE

CONCEITOS, DISTINÇÕES E IMPLICAÇÕES ENTRE ÉTICA E POLÍTICA NA SOCIEDADE

AULA 2

INTRODUÇÃO

O PROGRESSO MORAL

CARÁTER HISTÓRICO DA MORAL

O PROGRESSO MORAL E O PROGRESSO HISTÓRICO SOCIAL –

CARACTERÍSTICAS E DESENVOLVIMENTO

PROGRESSO MORAL E PROGRESSO HISTÓRICO-SOCIAL: EM FACE DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA E DA VIDA NA PÓLIS

AULA 3

INTRODUÇÃO

RELAÇÕES ENTRE GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO

ORIGENS DO CONCEITO DE GESTÃO PÚBLICA

NOVAS MODALIDADES DE GESTÃO: PRÁTICAS INOVADORAS NA GESTÃO PÚBLICA

FUNDAMENTOS DA GESTÃO PÚBLICA

AULA 4

INTRODUÇÃO

A EXCELÊNCIA E A EFICIÊNCIA: IMPRESCINDÍVEIS À TRANSPARÊNCIA NA GOVERNANÇA PÚBLICA

A ÉTICA E OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS: O PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA E SUAS DECORRÊNCIAS

OS PRINCÍPIOS INFRACONSTITUCIONAIS E A TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA

O IMPACTO DA ÉTICA E AS NOVAS FORMAS DE GOVERNANÇA E SUSTENTABILIDADE GLOBAL NO CONTEMPORÂNEO

AULA 5

INTRODUÇÃO

A VIVÊNCIA DO PRINCÍPIO DA MORALIDADE PÚBLICA

A LEGALIDADE, A VERACIDADE E A TRANSPARÊNCIA COMO CONSTITUTIVOS DA ÉTICA NA VIDA PÚBLICA

A LEI N. 12.527/2011 E O ACESSO A INFORMAÇÕES E SEUS ASPECTOS ÉTICOS-MORAIS

A QUESTÃO DA TRANSPARÊNCIA E DA ETICIDADE NA GESTÃO PÚBLICA E O PROGRAMA BRASIL TRANSPARENTE

AULA 6

INTRODUÇÃO

FATORES ESSENCIAIS ÀS NOVAS PRÁTICAS DE GESTÃO PÚBLICA

O PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA E SUAS IMPLICAÇÕES NA GESTÃO PÚBLICA E

A LEI N. 12.527/2011

A NOVA CONCEPÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA E AS PRÁTICAS DA COMPLIANCE

TRANSPARÊNCIA, COMPLIANCE, RESPONSABILIDADE SOCIAL E ALGUMAS

COMPETÊNCIAS ESSENCIAIS AO GESTOR PÚBLICO

BIBLIOGRAFIAS

- BAUMANN, Z. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- MORIN, E. O método 6: a ética da Ética. Porto Alegre: Sulina, 2005.
- RODRIGUES, Z. A. L. Ética, cidadania e responsabilidade social nas instituições educativas. Curitiba: Camões, 2008.

DISCIPLINA:

DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS E INOVAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA

RESUMO

Com o advento do século XXI, temos uma ruptura teórica e prática na administração pública, passando do Estado dito burocrático para o Estado gerencial. Essa nova abordagem possui também o nome de nova administração pública, como consequência do entendimento de que os modernos Estados não são meramente instrumentos que visem somente à garantia de contratos e da propriedade, mas também que formulem e implementem políticas públicas estratégicas para o cidadão e para a sociedade, tanto na esfera social quanto na tecnológica e na científica. Logicamente, o século XX foi determinado pelas fortes transformações na revolução tecnológica. A internet trouxe radicais mudanças no modo de vida, principalmente na forma como nos comunicamos, interagimos e obtemos informações. Assim sendo, o tema que ganhou notoriedade é inovação, sinalizando que, somado ao conhecimento, desempenha um papel fundamental e relevante na economia moderna.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

A GESTÃO PÚBLICA EM FAVOR DO CLIENTE

HABILIDADES E COMPETÊNCIAS

ADMINISTRAR É DECIDIR!

DESAFIOS DO SETOR PÚBLICO

AULA 2

INTRODUÇÃO

MODELOS DE ESTADO

MUNDO DA ADMINISTRAÇÃO: INOVAÇÃO

EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO

MODELOS DE ESTADO

AULA 3

INTRODUÇÃO

O INESPERADO

INCONGRUÊNCIAS
MUDANÇAS DE PERCEPÇÃO
A IDEIA BRILHANTE

AULA 4

INTRODUÇÃO
GESTÃO PÚBLICA INTELIGENTE
A REFORMA BRASILEIRA
CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO
PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DIRIGIDOS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

AULA 5

INTRODUÇÃO
PROJETO INOVA GOV
APRENDIZADO COM O INOVA GOV
INOVAÇÃO NO SETOR PÚBLICO
O CAMINHO PARA A INOVAÇÃO NO SETOR PÚBLICO

AULA 6

INTRODUÇÃO
TENDÊNCIAS PARA O SETOR PÚBLICO
A PROLIFERAÇÃO DE LABORATÓRIOS DE INOVAÇÃO: BASES E EFEITOS
MAIS SOBRE INOVAÇÃO NO SETOR PÚBLICO
INOVAÇÃO COMO UM IMPERATIVO

BIBLIOGRAFIAS

- GESTÃO pública de excelência. O Alfinete Digital, 17 jun. 2017. Disponível em: <https://www.oalfinete.com/artigo/gestao-publica-de-excelencia>. Acesso em: 7 nov. 2019.
- INOVAÇÃO. In: Wikipedia. [S.d.]. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Inovacao>. Acesso em: 7 nov. 2019.
- MAZZUCATO, M. O Estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado. São Paulo: Portfolio Penguin, 2014.

DISCIPLINA:

GESTÃO E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS

RESUMO

A famosa frase de Aristóteles diz que “somos seres sociais por natureza”, assim, precisamos ter contato com outras pessoas, e por isso mantemos relações sejam elas afetivas, profissionais, familiares entre outras. Entretanto, nem sempre esse contato é harmonioso, pois cada ser humano é único, ou seja, as pessoas são diferentes, com visões de mundo e formas de conceber a vida desigual. Com isso, o conflito pode aparecer e existe a necessidade de ser solucionado e/ou controlado. O primeiro passo é identificar o conflito e suas influências, que podem ser tanto negativas como positivas. Muitas vezes, quando ouvimos a palavra conflito, normalmente a classificamos como algo negativo, mas veremos adiante que, em alguns casos, o conflito pode ser positivo. Além disso, serão abordados alguns conceitos, características, históricos e a visão do RH no Brasil.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

A TEORIA EVOLUTIVA DOS CONFLITOS AO LONGO DA HISTÓRIA
A GESTÃO DE CONFLITOS COMO MEIO DE PACIFICAÇÃO NOS AMBIENTES CORPORATIVOS: SURGIMENTO E ESTRUTURAÇÃO
TIPOS DE CONFLITOS, NÍVEIS DE GRAVIDADE E FORMAS DE ADMINISTRÁ-LOS
A RESPOSTA AO CONFLITO CORPORATIVO NO BRASIL – VISÃO VOLTADA AO RH

AULA 2

INTRODUÇÃO
NEGOCIAÇÃO DE CONFLITOS COMO MÉTODO DE RESOLUÇÃO PACÍFICA DE CONFLITOS
CONCILIAÇÃO COMO MÉTODO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS
MEDIACÃO DE CONFLITOS E OS SEUS PRINCIPAIS ASPECTOS
ARBITRAGEM COMO MÉTODO DE SOLUÇÃO

AULA 3

INTRODUÇÃO
TECNOLOGIA, O SURGIMENTO DE NOVOS PARADIGMAS CONFLITUAIS E NOVAS FORMAS DE ACESSO À JUSTIÇA
A PRÁTICA DA AVALIAÇÃO NEUTRA (NEUTRAL EVALUATION) E FACILITAÇÃO DE DIÁLOGOS
A IMPLEMENTAÇÃO DE COMITÊS INTERNOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS
FORMAÇÃO DE MEDIADORES E GESTORES MEDIADORES DE CONFLITOS CORPORATIVOS: A VISÃO DA ÁGUIA

AULA 4

INTRODUÇÃO
A CULTURA DA PAZ COMO UM ELEMENTO A SER IMPLEMENTADO NO AMBIENTE CORPORATIVO
O CLIMA ORGANIZACIONAL NAS CORPORAÇÕES E A RELAÇÃO COM O ADOECIMENTO NO TRABALHO
O RH COMO INTERLOCUTOR E SEU PAPEL NA MEDIAÇÃO E PACIFICAÇÃO DOS CONFLITOS
GESTÃO DE CONFLITOS CORPORATIVOS COMO UM DESAFIO ORGANIZACIONAL: DA TEORIA À PRÁTICA

AULA 5

INTRODUÇÃO
PRINCIPAIS ASPECTOS E A APLICABILIDADE DA TEORIA DOS JOGOS (TEORIA DO EQUILÍBRIO DE JOHN NASH)
A TRANSFORMAÇÃO PELA MEDIAÇÃO DOS CONFLITOS: A PRÁTICA DA MEDIAÇÃO COMUNITÁRIA
A NEGOCIAÇÃO COMO FERRAMENTA DOS CONFLITOS ORGANIZACIONAIS: PROCEDIMENTOS E TÉCNICAS
INTELIGÊNCIA EMOCIONAL – HABILIDADE DO GESTOR NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

AULA 6

INTRODUÇÃO
CONCILIAÇÃO COMO MÉTODO DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS
A PRÁTICA DA MEDIAÇÃO PELO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
ARBITRAGEM: UMA ANÁLISE PRÁTICA A RESPEITO DA SUBMISSÃO DE UM
CONFLITO TRABALHISTA À ARBITRAGEM
CONCLUINDO

BIBLIOGRAFIAS

- BERG, E. A. Administração de conflitos: abordagens práticas para o dia a dia. ed. Curitiba: Juruá, 2012.
- BURBRIDGE, R. M.; BURBRIDGE, A. Gestão de conflitos: desafios do mundo corporativo. São Paulo: Saraiva, 2012.
- CHIAVENATO, I. Gestão de pessoas: e o novo papel dos recursos humanos na organização. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

DISCIPLINA:

GESTÃO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

RESUMO

A elaboração, a gestão e a avaliação das políticas públicas são efetuadas por servidores, os quais trataremos como gestores públicos. O objetivo principal do processo de elaboração das políticas públicas é o de atender às demandas de serviços públicos necessários ao bem-estar social de cidadãos que vivem nas cidades. A sociedade brasileira passou e está passando por uma série de transformações na estrutura administrativa das cidades, dos estados e da União. Também podemos citar aqui o processo de democratização política, o avanço das tecnologias da informação, o aumento da capacidade de escolha e da qualidade no consumo, a liberação dos mercados e as privatizações. Com isso, podemos destacar a gestão pública como sendo o agente de elaboração, formação, planejamento e avaliação das políticas públicas, com implicações diretas à sociedade, com o intuito de discutir as alternativas de políticas públicas para o bem comum da sociedade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
O QUE É POLÍTICA PÚBLICA?
TIPOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS
REDEFINIÇÃO DO PAPEL DO ESTADO
GLOBALIZAÇÃO E ESTADO

AULA 2

INTRODUÇÃO
OS BUROCRATAS
GRUPOS DE INTERESSE
ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR
OS INFLUENCIADORES DA SOCIEDADE

AULA 3

INTRODUÇÃO
AGENDA E ALTERNATIVAS
PROCESSO DECISÓRIO

IMPLEMENTAÇÃO
ACOMPANHAMENTO E EXTINÇÃO

AULA 4

INTRODUÇÃO
BOA GOVERNANÇA
REDE DE GOVERNANÇA
ESTILOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS
PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

AULA 5

INTRODUÇÃO
PLANO PLURIANUAL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
FORMAÇÃO DOS PLANOS
PRÁTICAS E CAPTAÇÃO DE RECURSOS

AULA 6

INTRODUÇÃO
MODELO PRÁTICO PARA CRIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
CUIDADOS FUNDAMENTAIS
POLÍTICAS PÚBLICAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL
TEMAS DE ATENÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Constituição (1988). Diário Oficial da União, DF, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 12 jan. 2017.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. ENAP. Formação de multiplicadores do novo modelo de planejamento, orçamento e gestão: módulo I. Brasília: Enap, 2002.
- BRASIL. Proposta de Emenda à Constituição n. 173, de 18 de agosto de 1995. Diário do Congresso Nacional, Brasília, DF, 18 ago. 1995a. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD18AGO1995.pdf#page=25>. Acesso em: 12 jan. 2017.

DISCIPLINA:

RESPONSABILIDADE FISCAL

RESUMO

Porque é necessário saber da Administração Pública? Ou por que é preciso conhecer os princípios que regem essa administração? O mercado de trabalho cobra, cada vez, que estejamos atualizados sobre a Economia, Política, Segurança, Educação e uma série de assuntos que, de uma forma ou de outra, estão próximos de nós ou têm influência sobre o nosso cotidiano.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
CONTEXTUALIZANDO
FUNÇÕES DO ESTADO
CONCEITOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO

REGIME DE DIREITO PRIVADO E REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO
PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
FINALIZANDO
PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

AULA 2

INTRODUÇÃO
CONTEXTUALIZANDO
ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA: UM DIREITO UNIVERSAL
ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL
CULTURA DE SEGREDO VERSUS CULTURA DE ACESSO
NOVOS MECANISMOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO
ACESSO: QUAIS SÃO AS EXCEÇÕES?
FINALIZANDO

AULA 3

INTRODUÇÃO
CONTEXTUALIZANDO
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA
ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
LICITAÇÕES
CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
FINALIZANDO

AULA 4

INTRODUÇÃO
CONTEXTUALIZANDO
ART. 1 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
ART. 22: MODALIDADES DE LICITAÇÃO
ART. 24: DISPENSA DE LICITAÇÃO
ART. 27: HABILITAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO
ART. 38: PROCEDIMENTOS E ETAPAS
FINALIZANDO

AULA 5

INTRODUÇÃO
CONTEXTUALIZANDO
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
DO PLANEJAMENTO
DA DESPESA PÚBLICA
TRANSPARÊNCIA, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
FINALIZANDO
DA RECEITA PÚBLICA

AULA 6

INTRODUÇÃO

CONTEXTUALIZANDO
INTRODUÇÃO À LEI N. 4.320/1964, QUE TRATA DAS FINANÇAS E ORÇAMENTOS PÚBLICOS
SOBRE AS RECEITAS
SOBRE AS DESPESAS
SOBRE A PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA
SOBRE O CONTROLE INTERNO E EXTERNO
FINALIZANDO

BIBLIOGRAFIAS

- MEIRELLES, H. L. Direito administrativo brasileiro. 31. ed. São Paulo: Malheiros, 2005.
- DI PIETRO, M. S. Z. Direito administrativo. 22 ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- HACK, E. Noções preliminares de direito administrativo e direito tributário. 2. ed. rev. Curitiba: InterSaber, 2017.

